

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.740 - PR (2019/0299317-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ELVIO LUIZ GOLIN
ADVOGADO : ELVIO LUIZ GOLIN - PR072408
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ADEBALDO LEITE DE LIMA JUNIOR (PRESO)
PACIENTE : RODIMAR DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

ADEBALDO LEITE DE LIMA JUNIOR e RODIMAR DA SILVA alegam sofrer coação ilegal diante de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** no HC n. 0038040-69.2019.8.26.0000.

Nesta Corte, a defesa sustenta a ausência de motivação idônea para manter os pacientes, policiais militares, cautelarmente segregado pela suposta prática do crime previsto no art. 303, § 1º, do Código Penal Militar (peculato).

Relata, ainda, que, contra a decisão que indeferiu a liminar na origem, o impetrante opôs embargos de declaração, a fim de sanar omissão quanto ao "questionamento sobre a legalidade da fundamentação do decreto condenatório que consignou a necessidade de garantia da ordem pública por meio de segregação cautelar baseada em suposta certidão de antecedentes criminais inexistentes" (fl. 9).

Requer, liminarmente e no mérito, a superação da Súmula n. 691 do STF, a fim de determinar a expedição de alvará de soltura em favor dos indiciados.

Decido.

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não

Superior Tribunal de Justiça

deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

O prejuízo derivado da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não alcança, vale acentuar, somente os jurisdicionados em geral, mas também o**

próprio postulante da tutela de urgência, ante a possibilidade de que o antecipado e precário exame da matéria objeto da postulação acarrete:

(a) **o retardo** no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, **anteriormente distribuídas** (com prioridade temporal, portanto), com **igual relevância temática** e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) **eventual repercussão** no reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça.**

Ao indeferir o pedido de urgência, o Desembargador relator afirmou não identificar, em análise perfunctória, vício de fundamentação no *decisum* combatido, por entender "que a decisão que homologou a prisão em flagrante e decretou a prisão preventiva dos pacientes preenche, a princípio, os requisitos necessários a manter a custódia preventiva, nos termos dos artigos 254 e 255, do Código de Processo Penal Militar" (fls. 46-47).

De fato, ao examinar a decisão proferida pelo Juízo singular, noto que foi **ressaltada a gravidade concreta da conduta perpetrada pelos policiais militares em serviço e o risco de reiteração delitiva a fim de demonstrar a configuração de situação excepcional que não recomenda o acolhimento liminar do pleito defensivo.** Confira-se (fls. 26-28, grifei):

No presente caso, conforme já esclarecido acima, para fins de homologação do flagrante, estão presentes a prova da materialidade delitiva, além de substanciais indícios de sua prática pelo flagranteado, satisfazendo assim o *fumus comissi delicti* exigido pelo art. 254 do CPPM.

[...]

A segregação cautelar é claramente necessária à garantia da ordem pública, eis que, ao menos segundo os indícios trazidos ao processo até o presente momento, estariam os flagrados fazendo uso da viatura policial para o contrabando e apropriação peculatória de cigarros oriundos do Paraguai.

Certamente, para um civil, o ato é de menor gravidade, **mas em termos de hierarquia e disciplina militar a conduta é de sobrelevada gravidade, eis que**

demonstra completo descompromisso com a Corporação, missão e valores militares, ao deixar de atender à missão de policiamento para, ao contrário, passar a cometer os próprios crimes que lhes competia coibir, durante horário de serviço e através de viatura da corporação. Presente portanto, a hipótese do art. 255, alíneas "a", "b" e "e" do Código de Processo Penal Militar, pois que **altamente reprovável a conduta e sua permissividade neste momento conduziria a uma quebra de cadeia de comando na região de fronteira ou a uma falsa noção de que o cometimento de crimes está franqueado aos Policiais Militares da região de fronteira.**

Também se faz necessária a prisão para garantia da ordem pública, pois, **conquanto se tratem de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, a prática por policiais militares, em serviço, dos crimes que deviam evitar, trazem lamentável afronta à ordem pública e desassossego, sobretudo por se tratar de conduta que, em tese, costuma ser reiterada e habitual.**

Por fim, nessa fase embrionária, justifica-se a segregação cautelar em vista de não estarem encerradas as diligências investigativas, e ser **necessária maior apuração dos fatos, costumeiramente ligados a organizações criminosas e prática de outros delitos laterais, cuja liberdade dos acusados, sobretudo em se tratando de policiais militares, neste momento viria a comprometer.**

[...]

A existência de antecedentes ou envolvimento anterior com práticas delitivas, dados concretos, muito além de qualquer presunção inidônea baseada em pura especulação, é motivo suficiente para autorizar a conclusão de que se posto em liberdade o flagranteado tornará a delinquir, de modo que sua liberdade representa um risco iminente para toda a comunidade, satisfazendo, assim, o periculum libertatis exigido pela doutrina.

Destarte, satisfeitos os requisitos legais dos artigos 254/255 do CPPM, **DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos flagranteados.**

Com efeito, **extraí-se do *modus operandi*** – deixar de atender à missão de policiamento, para, ao contrário, fazer uso da viatura policial durante horário de serviço, para o contrabando e apropriação peculatória de

Superior Tribunal de Justiça

cigarros oriundos do Paraguai – **a alta reprovabilidade da conduta** pela qual foram os pacientes flagrados. Essa circunstância justifica, *a priori*, a segregação cautelar, mesmo porque, segundo o Magistrado *a quo* a medida extrema é necessária, também, nessa fase embrionária, para "**maior apuração dos fatos**, costumeiramente ligados a **organizações criminosas e prática de outros delitos laterais**, cuja liberdade dos acusados, **sobretudo em se tratando de policiais militares**, neste momento viria a comprometer" (fl. 27).

Dessa forma, ainda que seja afastada a alegação de inexistência de antecedentes ou envolvimento anterior com práticas delitivas, remanesce, em tese, o fundamento cautelar para a garantia da ordem pública, **haja vista a gravidade concreta da conduta**.

Logo, uma vez que não está evidenciada, de pronto, **ilegalidade manifesta ou mácula no *decisum* monocrático**, não se justifica a intervenção imediata e prematura desta Corte Superior de Justiça. Ressalto, todavia, que a análise feita nesta oportunidade **não preclui o exame mais acurado da matéria**, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**